

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O que preocupa o PT

Com os números do Datafolha que deram 50% dos votos válidos em favor de Lula, a euforia tomou conta dos militantes petistas. No caso de o ex-presidente não fechar a eleição no primeiro turno, o risco de o partido ir para o embate final com ares de derrota é grande.

Ibaneis faz pontes

Os petistas, porém, avisam alguns, não têm tantos motivos para se preocupar. Haja vista a movimentação dos adversários. Por exemplo: os elogios do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), a Lula durante a sabatina do **Correio Braziliense**/TV Brasília, foram lidos por muitos políticos como um sinal de que o partido já trabalha com a vitória do ex-presidente, seja em primeiro ou segundo turno. Até a semana passada, Ibaneis só tinha olhos para a campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A conta não fecha

Quem acompanha as pesquisas com uma lupa está intrigado com as diferenças entre as campanhas estaduais e a presidencial. Nos estados onde a eleição de governador pode fechar no primeiro turno, por exemplo, só dois têm partidos de esquerda na liderança.

Efeito Minas

Com Romeu Zema (Novo) na liderança, a esperança dos bolsonaristas é de que ocorra ali, na eleição presidencial, o que houve em 2018, quando o Datafolha divulgado a três dias da eleição indicava a vitória de Dilma Rousseff para o Senado, com 27%, e ela não foi eleita.



Ninguém governa sozinho

A onda em favor de Lula, protagonizada por parte de tucanos, intelectuais e economistas ligados a partidos de centro, vem acoplada de um aviso ao PT: o mesmo apoio que se precisa para vencer deve ser usado para administrar, especialmente no quesito programa de governo. Logo, os petistas, diante de uma possível vitória do ex-presidente, não poderão levar a ferro e fogo um projeto que não se sustente sob o

ponto de vista econômico e financeiro.

A dois dias das eleições, porém, não há tempo e muito menos disposição por parte do PT para clarear o programa de governo. Nesse sentido, não são poucos os recém-chegados que, entre quatro paredes, dizem estar preocupados com a perspectiva de os petistas desprezarem itens do programa de governo dos aliados, em caso de vitória no primeiro turno.

CURTIDAS

Tensão na Bahia I/ O caso da morte do subtenente da Polícia Militar Alberto Alves dos Santos, que trabalhava para a campanha de ACM Neto, vai parar no Ministério da Justiça e Segurança Pública. O pedido para que a Polícia Federal (PF) entre no caso, assinado pelos advogados de Neto, levanta a suspeita de que a PM da Bahia monitorava a campanha do principal adversário.

Tensão na Bahia II/ Em caso de segundo turno entre ACM Neto (União Brasil) e Jerônimo Rodrigues (PT), esse caso pode balançar o coreto do PT, que já ganhou de virada na Bahia, em 2006, quando Jaques Wagner foi eleito.

Por falar em Bahia.../ O saldo do debate da Globo por lá indica que ACM Neto e João Roma (PL) queimaram todas as pontes para uma parceria na eleição.

Redes sociais



Viva a democracia/ Aos 99 anos, Heloísa Freitas (foto) já está pronta para votar no domingo, em Belo Horizonte. Ela nasceu em Formiga (MG), em 23 de março de 1923, e acionou os filhos para levá-la à seção eleitoral, na capital mineira. Um exemplo de cidadania.



TSE atende ao apelo de entidades da sociedade, inclusive do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil, e proíbe que caçadores, atiradores e colecionadores carreguem artefatos de fogo 24h antes e 24h depois do 1º turno

CACs sem armas nas eleições

» HENRIQUE LESSA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, ontem, por unanimidade, uma resolução que suspende o porte para trânsito de armas concedido aos Caçadores, Atiradores e Colecionadores pelo Exército. A medida vale das 24 horas antes do pleito até as 24 horas após o término da votação. No início de amanhã até o final de segunda-feira, os CACs não poderão conduzir seus arsenais, sob a pena de apreensão do armamento e prisão em flagrante por porte ilegal de arma de fogo.

“Dia de eleição não é dia de transportar arma. Dia de eleição não é dia de ficar passeando com fuzil. Dia de eleição é dia de transportar o título eleitoral. Dia de eleição é dia de levar esperança para que o Brasil possa escolher o que o eleitor queira”, lembrou Moraes.

No voto acompanhado pelos demais integrantes da Corte, o ministro deixou clara a necessidade de se manter um ambiente de paz e de festa cívica. “A medida busca garantir o livre exercício do seu direito de votar, afastando qualquer possibilidade de coação no curso das votações”, observou.

No voto, Moraes salienta que a medida tomada pelo TSE atende a um pedido dos delegados de polícia integrantes do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil — que se reuniram com ele, dias atrás, e “reportaram o risco representado pelo funcionamento de clubes de tiro”.

“A proibição de transportar, por período certo, tem como consequência imediata a impossibilidade da circulação das armas por parte dos colecionadores, atiradores e caçadores. Digam-se: de quaisquer armas dos

CACs, sejam aquelas de coleção, tiro ou caça, sejam aquelas para segurança do respectivo transporte. Se o trânsito das armas de coleção, tiro ou caça vier a estar impossibilitado pela suspensão provisória de trânsito, também o porte de arma municionada, que seria no estrito interesse do trânsito, também ficará impossibilitado”, destaca o ministro no voto.

Preocupação

A decisão do tribunal responde a uma preocupação com a violência política de diversas entidades da sociedade civil e da Comissão de Transparência Eleitoral, que estiveram reunidas ao longo desta semana com Moraes. Um dos pleitos desses grupos foi o fechamento de clubes e estandes de tiro — o que na prática, também funcionaria como uma suspensão desses portes de trânsito.

Bruno Langeani, gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, ressalta a importância da decisão do TSE, que “não foi fechamento dos clubes de tiro, mas vai na mesma linha”.

Dempsey Magaldi, ex-policia e instrutor de tiro em Porto Alegre, entende que a medida não seria necessária, mas não vê maiores problemas no seu cumprimento. “Não acho necessário, mas se o TSE entende ser prudente tal medida, não vejo maiores transtornos para que se cumpra a decisão. Aos CACs cabe apenas cumprir a decisão”, aponta.

O Tribunal já tinha restringido o porte de arma em um raio de 100 metros das seções e locais de votação, nas 48 horas anteriores e 24 seguintes ao pleito. Essa decisão continua valendo e se aplica até mesmo a policiais e outros agentes das forças de segurança que não estiverem em serviço no momento.

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Dia de eleição não é dia de ficar passeando com fuzil. Dia de eleição é dia de transportar o título eleitoral. Dia de eleição é dia de levar esperança para que o Brasil possa escolher o que o eleitor queira”

Ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE

Concessão de porte dá salto de 40%

Além do expressivo crescimento no registro do Exército dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) e de armamentos de grosso calibre, o número de concessões de porte de arma também sofreu uma disparada nos últimos anos. Dados obtidos pelo **Correio** por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) junto à Polícia Federal (PF) — responsável pela concessão dos portes de arma —, observa-se um crescimento de 40% no número de novas permissões concedidas por ano, quando comparado o ano de 2021 com 2018.

O porte de arma é, segundo a legislação, diferente do registro de CACs, realizado pelo Exército e principal alvo das flexibilizações por meio de decretos do governo do presidente Jair

Bolsonaro (PL). No período de 2018 até junho passado, 47.862 pessoas receberam o porte de arma da PF.

Nos primeiros seis meses do ano, analisando apenas os portes de arma para “defesa pessoal” — solicitados por civis que, de forma excepcional, recebem a autorização —, o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul sozinhos somam mais de 35% do total daquilo concedido pela PF. Os gaúchos vêm em primeiro lugar, com 617 portes, seguido pelo DF, com 571.

Em São Paulo, estado mais populoso do país, no mesmo período foram concedidos apenas 175 portes desse tipo. Em 2021, o Rio Grande do Sul também figurou como o campeão de emissões de documentos

para defesa pessoal: 1.694 autorizações contra 260 realizadas em São Paulo.

Em 2019, o crescimento na emissão dos portes foi de aproximadamente 7%. No ano seguinte, o crescimento foi de cerca 13% e, em 2021, foi de 17%.

Subsistência

Nos dados obtidos pelo **Correio** junto à PF, outro número que chama atenção é o crescimento da modalidade de porte para “caçadores de subsistência” — que, de acordo com a lei, serve para “o emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar”. Roberto Uchôa, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, espanta-se ao saber que

há 10 portes desse tipo no estado do Rio de Janeiro. “Como essa gente caça para subsistência aqui?”, questionou.

O policial ressalta que o direito de porte sempre passa por uma análise discricionária da autoridade de segurança pública que concede o porte, e isso, muitas vezes, pode facilitar ou dificultar a concessão do documento. Mas reforça não compreender como os 10 caçadores do seu estado (RJ) e os cinco cadastrados no DF conseguem manter a subsistência alimentar por meio da caça nesses lugares.

Mais de 87% das emissões do porte para “caçadores de subsistência” está no Pará e no Acre — dois estados com histórico de conflitos agrários e zonas de garimpo ilegal. (HL)